

BRASIL: A TRANSIÇÃO DA DITADURA MILITAR PARA UMA DEMOCRACIA TUTELADA PELOS MILITARES. CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E ENSINAMENTOS

Anita Leocadia Prestes¹

Resumo: No artigo é feita uma análise sucinta do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, da ditadura militar que se estabeleceu no país e de sua evolução para um regime de tipo fascista. É abordada a crise do regime ditatorial e a sua institucionalização iniciada nos anos 1970 e concluída com a promulgação da Constituição de 1988. São examinadas as causas e as consequências do regime de democracia tutelada pelos militares que se formou no país como resultado da institucionalização promovida sob a égide do Alto Comando do Exército. Registram-se a permanência dessa democracia tutelada nos governos do PT e os seus desdobramentos: a deposição do governo Dilma Rousseff pelo golpe jurídico-parlamentar de 2016, a eleição de Jair Bolsonaro e as dificuldades para o avanço da luta antifascista no país.

Palavras-chave: Golpe civil-militar; ditadura militar; fascismo; tutela militar; poder militar.

Abstract: In this article is presented a brief analysis of the civil-military coup of 1964 in Brazil, the military dictatorship then established in the country and its evolution to a fascist-type regime. It discusses also the later crisis of the dictatorial regime and its institutionalization begun in the 1970s and concluded with the promulgation of the 1988 Constitution. The causes and consequences of the military-protected democracy regime, established in the country after the institutionalization promoted under the guardianship of the Army High Command, are examined. It also refers to the permanence of this military-protected democracy in the PT's presidencies and its consequences: the deposition of the Dilma Rousseff government by the legal-parliamentary coup of 2016, the election of Jair Bolsonaro and the difficulties for the strengthening of the anti-fascist struggle in the country.

Keywords: Civil-military coup; military dictatorship; fascism; military tutelage; military power.

Parecia que, depois de 1964 e de 1968, as esquerdas aprenderam as lições dos fatos e que haveria um esforço mais maduro na linha de recuperação da ótica comunista, que já foi explorada e recomendada no século passado por Marx e Engels. No entanto, não é isso que acontece. A tragédia não se repete como comédia: a comédia continua... Voltamos a erros mais ou menos antigos e mais ou menos recentes.

Florestan Fernandes, *Poder e contrapoder na América Latina* (1981).

1. O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964, A DITADURA MILITAR E O ESTABELECIMENTO DE UM REGIME FASCISTA NO BRASIL

Conforme hoje é amplamente reconhecido, a deposição do presidente João Goulart em abril de 1964 resultou de uma articulação de esforços do governo estadunidense, empenhado na defesa dos grupos financeiros internacionais, de setores empresariais nacionais a eles associados, de políticos comprometidos com esses interesses e de importantes setores militares formados de acordo com os ditames da chamada Doutrina de Segurança Nacional, trazida para as Forças Armadas do país com o término da Segunda Guerra Mundial (DREIFUSS, 1981).

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense e professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <lygiaprestes@gmail.com>

Dada a composição dessas forças que desfecharam o golpe, podemos afirmar que ele teve caráter *civil-militar* – uma coalizção civil-militar, que contou com a participação do grande empresariado nacional e estrangeiro e de políticos civis de direita (DREIFUSS, 1981; NAPOLITANO, 2014, p.9) O êxito dessa ação golpista resultou, entretanto, no estabelecimento de uma *ditadura militar*, “ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder” (NAPOLITANO, 2014, p.11), tese confirmada pela pesquisa realizada por Maud Chirio (CHIRIO, 2012). Foram os generais do Alto Comando do Exército que durante o regime ditatorial se mantiveram à frente do Poder Executivo nacional (Idem).

Uma vez consolidado o poder militar, o regime político estabelecido passou durante alguns anos por um processo de fascistização que, a partir do Ato Institucional N°5 (AI-5), decretado em 13 de dezembro de 1968 no governo do general Costa e Silva, transitou para uma *ditadura de caráter fascista* - ditadura terrorista dos setores mais reacionários do capital financeiro internacionalizado, exercida fundamentalmente através do Alto Comando do Exército (CHIRIO, 2012; DIMITROV, 1969; PRESTES, 2019).

Historicamente a grande burguesia recorre ao estabelecimento de um regime de tipo fascista quando se depara com uma “ameaça revolucionária”. A partir dos anos 1960 os efeitos da Revolução Cubana na América Latina, e em particular no Brasil, levaram o grande capital internacionalizado, especialmente o de origem estadunidense, a adotar medidas de caráter preventivo. Em nosso continente, os regimes fascistas constituíram uma resposta à Revolução Cubana, uma vez que “o fascismo é acima tudo uma contrarrevolução” (HANDAL, 1976, pp.124, 142).

O dirigente comunista salvadorenho Shafik Jorge Handal mostrava-se favorável a atribuir o título de *fascismo* ao modelo brasileiro, uma vez que “expressa em essência o fascismo de hoje nas condições da América Latina” (Ibidem, p.142), acrescentando:

A função histórica do fascismo na América Latina consiste em *salvar o capitalismo dependente, modernizando-o, promovendo-o a passar a fase de capitalismo monopolista dependente e, onde existam condições para isso, ao capitalismo monopolista de Estado dependente.* (Ibidem, p.132; destaques do autor).

É inegável que as medidas adotadas pela ditadura militar no Brasil permitiram que a articulação do capital financeiro internacionalizado – com a participação dos monopólios brasileiros dele dependentes e a ele associados – e o Estado nacional assumisse grande importância na economia brasileira, tornando-se fator decisivo na economia e em toda a vida da Nação. Sem um regime de tipo fascista, nas condições então existentes no país, não teria sido possível implantar tais medidas, dadas as resistências reveladas pelo nível atingido das contradições sociais então presentes:

... A função do fascismo é salvar o capitalismo dependente *frente à revolução e modernizá-lo*, favorecendo os consórcios transnacionais e os burgueses locais seus associados, salvar e consolidar a hegemonia política e militar do imperialismo ianque ameaçada de colapso na nossa região. (Ibidem, p.141; destaques do autor).

S. J. Handal destacava que o fascismo possui “fundamentos econômicos e sociais” e “um programa a ser realizado nesses terrenos”, enfatizando que o “fascismo é antes de tudo um fenômeno superestrutural, um fenômeno político dentro do capitalismo, próprio da época do seu declínio histórico” (Ibidem, p.129). Uma especificidade do fascismo na América Latina apontada pelo mesmo autor é o papel do exército em substituição ao partido, ainda que, ao desempenhar essa função, pudesse facilitar sua derrota (Ibidem, pp.144-45).

Historicamente o estabelecimento de ditaduras fascistas resultou da incapacidade das forças progressistas e/ou revolucionárias apresentarem uma alternativa que pudesse ser vitoriosa, fator que as levaria ao descrédito perante amplos setores populares, como fora registrado ao seu tempo pela dirigente comunista alemã Clara Zetkin (AYCOBERRY, 1979, pp.77-8), abrindo caminho para a ascensão de grupos fascistas representativos dos interesses mais reacionários do capital financeiro.

Contrariamente àqueles que buscam nas experiências fascistas que vigoraram na América Latina as *mobilizações de massas* verificadas durante os anos 1920/30 nos regimes fascistas da Alemanha e da Itália, o sociólogo Florestan Fernandes, ao abordar as características do fascismo na América Latina, aponta para “uma forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menor ‘orquestração de massa’ e um aparato de propaganda mais rudimentar”, destacando que essa espécie de fascismo “pressupõe mais uma exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de

classes, da opressão social e de repressão política pelo Estado, do que *doutrinação de massa e movimentos de massa*” (FERNANDES, 1981, pp.16-7; destaques meus).

2. A CRISE DO REGIME DITATORIAL E A SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

A crise do capitalismo mundial no início dos anos 1970, com as conhecidas consequências desastrosas para amplos setores da população, viria a provocar a reanimação da resistência ao regime ditatorial e das lutas de tais setores, cujo momento de virada no Brasil seria a derrota eleitoral da ditadura nas eleições parlamentares de 1974, não obstante as limitações então existentes ao exercício democrático do voto.

Lembremos que, em março de 1974, com a posse do general Ernesto Geisel na presidência da República, fora proclamada a política de “distensão lenta, gradual e segura”, resultante das pressões internas acima referidas, assim como das mudanças na situação internacional, com o abrandamento da Guerra Fria, o escândalo do Caso Watergate e a renúncia do presidente Richard Nixon nos EUA, o crescimento da campanha internacional de denúncia dos crimes da ditadura e pela anistia aos presos e perseguidos no Brasil. Com Geisel era inaugurada uma nova estratégia da ditadura militar: buscava-se a institucionalização do regime via uma “abertura” relativa sob o controle dos generais do Alto Comando do Exército, em especial sob a batuta do general Golbery do Couto e Silva, considerado o “mago” do regime. Houve resistências de diversos tipos no próprio âmbito das altas esferas governistas, a mais importante - a tentativa de um “golpe dentro do golpe” promovido pelo general Sílvio Frota, então Ministro do Exército, rapidamente inviabilizado pela sua exoneração decretada por Geisel, o general de plantão na Presidência da República. (GASPARI, 2004)

A proclamada “distensão” não impediu, contudo, que a repressão às forças de oposição e a prática das prisões, da tortura e do desaparecimento de presos políticos, dirigida principalmente contra os dirigentes e militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), tivesse prosseguimento nos anos de 1974 a 1976, e ainda durante o período que se seguiu da chamada democratização. Na realidade, inaugurava-se no país um processo de “abertura” ou de institucionalização do regime marcado pela continuidade da *tutela militar*, ou seja, pelo protagonismo dos generais do Alto Comando do Exército.

Em 1983, durante o governo do presidente João Figueiredo, o último “general de plantão” na presidência da República, Luiz Carlos Prestes declarava em entrevista à imprensa:

Quem governa é o *alto comando do Exército*, com o apoio da Marinha e da Aeronáutica. Isso quem diz é o próprio ministro do Exército, general Waldir Pires. Numa entrevista que ele deu à *Folha de S. Paulo*, em agosto de 1981, ele diz que o Exército, com as outras forças singulares, assim ele chama a Marinha e a Aeronáutica, têm a tarefa de assegurar aos poderes do Estado – quer dizer que eles estão acima dos poderes do Estado – a ordem e a tranquilidade para o desenvolvimento da economia e da democracia. Então o ministro do Exército não dá uma palavra sobre a defesa da soberania nacional. Só trata de dominar os poderes do Estado. Isso é que eu chamo de *tutela* até hoje.²

A nova correlação de forças criada no país, com a reanimação das lutas populares, em que as greves operárias no ABCD (1978-79) se destacaram, e em especial com o avanço do movimento por uma “anistia ampla, geral e irrestrita” para os presos e perseguidos políticos, aliada à nova conjuntura na arena internacional, contribuiu para que os representantes do grande capital internacionalizado, preocupados com a preservação dos seus interesses econômicos e políticos, se tornassem favoráveis à adoção de medidas capazes de assegurar a transição a um regime de democracia representativa que fosse o mais limitada possível dentro das condições então existentes no país.

Ainda em 1977, com o chamado *Pacote de Abril*, o presidente Geisel estabeleceu o adiamento das eleições indiretas para governadores para 1982, aumentou o colégio eleitoral dos estados menores - onde a ARENA (Aliança Renovadora Nacional, o partido do governo criado em 1965) era predominante -, resolveu que os candidatos poderiam apresentar apenas uma foto ³/₄ e um resumo

² PRESTES, Luiz Carlos. Entrevista concedida a Cristina Serra. *Resistência*, Belém, n. 56, 1º-15/6/1983, p. 6; grifos meus.

do seu currículo e determinou que 1/3 dos senadores seriam indicados pelo Presidente da República e eleitos pelo voto indireto. Esses senadores ficariam conhecidos como “senadores biônicos”, por figurarem como “agentes do governo”, garantindo a hegemonia dos militares através do quórum majoritário.

As altas esferas do regime trataram de dialogar com os setores da oposição presentes na cúpula do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) – o único partido da oposição consentida criado pela ditadura em 1965 – tendo em vista promover a proclamada “distensão”, ou seja, a institucionalização do regime. Assim, o senador Petrônio Portela, uma das principais lideranças da ARENA, tornou-se o condutor da chamada “Missão Portela”, destinada a promover essa institucionalização ainda no governo Geisel e no início do governo Figueiredo. Na qualidade de presidente do Senado Federal de 1977 a 1979, Portela, cuja capacidade de articulação política seria amplamente reconhecida, foi um dos principais interlocutores de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães – os mais destacados líderes do MDB e da oposição liberal à época.

Desses entendimentos resultou, em outubro de 1978, a decisão de revogar o AI-5 e de restaurar o *habeas corpus*, embora fossem adotadas as chamadas *salvaguardas constitucionais* (o Estado de Emergência e as Medidas de Emergência), que na prática representaram a continuidade da vigência das restrições às normas democráticas presentes no AI-5. Foi restaurado o pluripartidarismo, embora persistisse a proibição à organização do Partido Comunista, e, em agosto de 1979, decretada a Lei da Anistia, concedida não só aos presos e perseguidos políticos como também aos agentes da ditadura envolvidos na prática da repressão e da tortura.

Ao mesmo tempo, permanecia em vigor a Lei de Segurança Nacional, que Luiz Carlos Prestes definiu como “código anticomunista imposto ao povo pelo opressor estrangeiro”³, acrescentando que ela “exprime a essência do regime fascista, sendo na verdade, e apenas isso, um código de perseguição aos comunistas, imposto ao nosso povo pelo imperialismo americano”⁴.

Enquanto tinham curso os entendimentos entre os políticos governistas envolvidos no projeto de “distensão” e os líderes do MDB, tomava vulto a tese de uma “Constituinte com Figueiredo”, o general que assumira a Presidência em março de 1979. Essa posição seria adotada por amplos setores oposicionistas, inclusive da direção do PCB⁵, mas combatida por L.C. Prestes, cujo rompimento público com esse partido teria lugar em março de 1980. Segundo Prestes,

O perigo de uma campanha, nas condições atuais, pela convocação de uma Assembleia Constituinte reside em que, ao apresentar-se a Constituinte como uma panaceia, o sr. Figueiredo será o primeiro a tomar a iniciativa de convocá-la, antes da revogação da legislação fascista e com o objetivo de consolidar o atual regime, de, mais uma vez, ludibriar a opinião pública com um “nova” Constituição que consagre o mesmo regime sob o qual vivemos hoje.⁶

Conforme fora previsto no projeto governista da “distensão”, seu ritmo seria lento e sob o controle permanente do Alto Comando do Exército, ou seja, sob a *tutela militar*, denunciada por L.C. Prestes, durante todo aquele período, marcado pelo entusiasmo da campanha pelas eleições diretas e sua derrota em abril de 1984, pela eleição indireta de Tancredo Neves para a Presidência da República, sua morte inesperada e a posse de José Sarney em abril de 1985, e pelo processo constituinte coroado com a promulgação da Constituição em 5/10/1988.⁷

Com a aprovação da Constituição de 1988, ficaria consagrada a *tutela militar* ou, em outras palavras, o *poder militar* acima dos três poderes da República. Nas palavras de L.C. Prestes, referindo-se ao artigo 142 dessa Carta, às Forças Armadas foram atribuídas “funções evidentemente incompatíveis com um regime democrático”, acrescentando:

Em nome da salvaguarda da lei e da ordem (...) estarão as Forças Armadas colocadas acima dos três poderes do Estado. *Com a nova Constituição, prosseguirá, assim, o predomínio das Forças Armadas na direção da Nação, podendo constitucionalmente, tanto depor o presidente da República quanto os três poderes*

³ PRESTES, Luiz Carlos. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24/10/1979. In: MORAES (1997: 233-7).

⁴ PRESTES, Luiz Carlos. *Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 542, 2-8/11/1979, p. 4-9. In: MORAES (1997: 233-7)

⁵ Ver, por exemplo, *Pasquim*, Rio de Janeiro, n. 542, 2-8/11/1979, p. 4-9. In: MORAES (1997: 233-7).

⁶ PRESTES, Luiz Carlos. Carta ao sr. diretor da *Folha de S. Paulo* (29/11/1980). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4/12/1980.

⁷ Ver PRESTES, Anita Leocadia. Luiz Carlos Prestes, a Constituinte e a Constituição de 1988. *Fil -Encontros com a Filosofia, Revista Virtual En_Fil*, ano 7, n. 9, ago/2018, p.1-14; <http://www.ilcp.org.br/prestes/images/stories/const.pdf>

do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista (...).⁸

3. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DO REGIME DE DEMOCRACIA TUTELADA PELOS MILITARES

São muitos os brasileiros que se perguntam o porquê da transição democrática em nosso país ter sido tão limitada e tutelada pelos militares. Quais seriam as causas de, após anos de sacrifícios impostos pela ditadura ao povo brasileiro e, em particular, às lideranças mais combativas da oposição e das esquerdas, vivenciarmos uma situação de tantas restrições à convivência democrática, de permanente repressão aos setores populares, de manutenção da Lei de Segurança Nacional, de ausência de punição àqueles que praticaram e foram coniventes com a tortura durante o regime militar, de vigência do artigo 142 na Constituição da República? Como pôde acontecer esse desfecho das lutas de tantos anos contra a ditadura e pela democracia?

Para tentar responder a essas questões, torna-se necessário examinar mais de perto a composição das forças políticas que tiveram participação na construção do pacto que resultou dos entendimentos promovidos, de um lado, pelos representantes do regime e, de outro, pelas lideranças da oposição.

Um olhar retrospectivo para o período histórico que antecedeu o golpe civil-militar de abril de 1964 é revelador, pois evidencia a ausência de uma sólida organização popular que pudesse respaldar as *Reformas de Base* que o presidente João Goulart começara a pôr em prática sob a pressão das forças nacionalistas, democráticas e populares então presentes no país. Ainda que os movimentos operário, camponês, estudantil e popular estivessem crescendo e alcançando importantes conquistas, não se formara no Brasil um *bloco histórico*⁹ *contra-hegemônico*, representativo da unidade e organização dessas forças sociais e políticas, que na prática estavam dispersas e desorganizadas. “Havia muito mais a retórica dos discursos do que propriamente uma ação organizada para preservar o processo democrático”, segundo Waldir Pires, então consultor-geral da República (MORAES, 1989, p.198).

Tanto o movimento sindical quanto o movimento estudantil mostrou-se fundamentalmente de cúpula, sem real enraizamento junto aos trabalhadores e à maioria dos estudantes, sem capacidade de mobilizar amplas massas e, por isso, foi derrotado com relativa facilidade. E o movimento camponês empreendia apenas os primeiros passos no processo de sua organização. A greve geral convocada na noite de 31 de março de 1964 pelas entidades sindicais e estudantis não aconteceu, pois não havia organização nem mobilização para tal. O PCB, à época reconhecidamente a principal força de esquerda no país, sob a orientação de uma perspectiva nacional-desenvolvimentista, não teve condições de contribuir decisivamente para a construção do referido *bloco histórico contra-hegemônico*.

Como tive oportunidade de escrever:

As concepções nacional-libertadoras, presentes tanto na estratégia política do PCB quanto em grande parte do discurso das forças nacionalistas e de esquerda, sob influência dominante da ideologia nacional-desenvolvimentista, alimentaram as ilusões num hipotético anti-imperialismo de uma suposta burguesia nacional e na possibilidade de – sob pressão das manifestações das forças nacionalistas e democráticas e, em particular, do movimento sindical – levar o presidente João Goulart a realizar uma reforma ministerial que permitisse tal governo e as Reformas de Base. (PRESTES, 2015, p.382)

A derrota das esquerdas em 1964¹⁰ mostrou que inexistia no país uma organização popular capaz de contrapor-se ao avanço da ofensiva do grande capital internacionalizado. A violenta repressão contra as organizações de esquerda e as lideranças sindicais, camponesas e estudantis,

⁸ PRESTES, Luiz Carlos. Um ‘poder’ acima dos outros. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 28/9/1988; grifos meus.

⁹ *Bloco histórico* – conceito gramsciano, de acordo com o qual “sua constituição está assentada em classes ou grupos sociais concretos definidos pela sua situação na sociedade, mas as ideias cumprem um papel fundamental no que se refere à sua coesão.” (BIGNAMI, s.d., p.27).

¹⁰ Ver PRESTES (2015, pp. 349-85).

desencadeada com a vitória dos golpistas, aumentariam as dificuldades para levar adiante as atividades de mobilização e de organização dos setores populares.

Enquanto setores da esquerda advindos principalmente do movimento estudantil recorriam, em atitude claramente voluntarista, ao apelo à luta armada pela *derrubada* da ditadura e, na ausência de condições objetivas para tal, eram tragicamente derrotados e em grande parte dizimados pela repressão ditatorial, os comunistas filiados ao PCB persistiam na fidelidade à concepção tática de aglutinar amplas forças sociais e políticas, incluindo uma suposta *burguesia nacional*, na luta não pela derrubada da ditadura, mas pela acumulação de forças que pudessem levar à *derrota* do regime ditatorial. Essa tática, embora no fundamental correta nas circunstâncias então presentes, era prejudicada pela permanência, tanto no PCB quanto na maior parte das esquerdas envolvidas na luta armada, da concepção etapista da revolução, voltada à conquista de um capitalismo autônomo no Brasil. Tratava-se de uma orientação política, que seria reafirmada pelo 6º Congresso do PCB, realizado em 1967 nas condições de rigorosa clandestinidade, não obstante as restrições que lhe foram então contrapostas por Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do partido (PRESTES, 2015, pp.412-15).

Uma vez que a partir de 1965 o MDB passara a ser o único partido legal da oposição, consentida pelo regime, o PCB orientaria seus militantes, amigos e simpatizantes e atuarem em suas fileiras e agirem no sentido de aglutinar as forças democráticas do país e mobilizar amplas massas contra a ditadura, sendo a meta principal desse partido a derrota eleitoral do regime, o que foi alcançado com inegável sucesso em novembro de 1974, conforme registramos acima. Nesse processo o PCB ficaria a reboque da direção exercida no MDB pelos elementos liberais da burguesia, que em maior ou menor grau revelavam insatisfação com a ditadura.

Tal situação de subordinação da política do PCB aos ditames dos liberais no comando do MDB seria denunciada por Prestes a partir da realização do referido 6º Congresso e durante todo o período subsequente, incluindo os anos de exílio de 1971 a 1979. (PRESTES, 2015, pp.415-24; cap. XVI-XVII)

Dentre as numerosas declarações feitas por Luiz Carlos Prestes naquele período, vale a pena destacar seu depoimento ao jornalista Getúlio Bittencourt, do jornal *Folha de S. Paulo*, em que o secretário-geral do PCB esclarecia mais uma vez o tipo de democracia pela qual os comunistas deveriam lutar:

À classe operária, aos trabalhadores e seus aliados, quer dizer, à grande maioria da população, interessa construir no Brasil uma *democracia* que permita o avanço em direção a profundas transformações econômicas, sociais e políticas de caráter antimonopolista, o que, por sua vez, abrirá caminho para que essa democracia possa se desenvolver até a *democracia socialista*. É tendo sempre presente essa meta que nosso partido, como partido revolucionário da classe operária, luta pela democracia e pela unidade da classe operária, de todos os trabalhadores e demais forças sociais que se colocam em oposição ao fascismo e aspiram ao progresso social.¹¹

Como se sabe, as posições de Prestes foram derrotadas no Comitê Central do PCB, o que levou o secretário-geral do partido por cerca de 40 anos a romper com essa direção em março de 1980, com o lançamento de sua *Carta aos comunistas* (PRESTES, L.C., 1980). A orientação política adotada pelo PCB durante o período ditatorial esteve voltada prioritariamente para os entendimentos de cúpula com as lideranças da burguesia liberal em detrimento do trabalho de organização, mobilização e conscientização dos trabalhadores. Repetiam-se os erros e as falhas anteriores ao golpe: pouco se investia na organização das massas populares na luta pela conquista de um regime democrático mais avançado, que pudesse abrir caminho para transformações profundas da sociedade brasileira. (PRESTES, 2015, cap. XVI-XVII).

A transição democrática que resultou do tipo de “distensão” promovida sob a égide dos generais do Alto Comando do Exército com o estabelecimento de um pacto com os representantes da burguesia liberal se inscreve na tradição das classes dominantes brasileiras de encontrar soluções para as situações de crise do sistema econômico-político através dos entendimentos entre elas mesmas, desprezando qualquer participação dos setores populares. Trata-se da prática tradicional da *conciliação*, que sempre vigorou entre as elites brasileiras quando se sentem ameaçadas pelo

¹¹ PRESTES, Luiz Carlos. Entrevista: O panorama visto do exílio. In: BITTENCOURT, Getúlio. *A quinta estrela: como se tenta fazer um presidente no Brasil*. São Paulo, Ciências Humanas: 1978, p.40; grifos meus.

“populacho”. Como afirmou Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do estado de Minas Gerais em 1930, “façamos a revolução antes que o povo a faça”.

A partir de 1989, com a introdução das eleições diretas para a presidência da República e a concomitante derrota do socialismo real (queda do Muro de Berlim e contrarrevolução capitalista na União Soviética), a era do chamado neoliberalismo se estenderia à América Latina e ao Brasil, com os governos de Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, período marcado pela redução de investimentos públicos e a privatização de empresas estatais, assim como pelas brutais consequências de tal política para a grande maioria do povo brasileiro.

4. A PERMANÊNCIA DA DEMOCRACIA TUTELADA PELOS MILITARES NOS GOVERNOS DO PT

O esfacelamento provocado pela ditadura dos grupos e partidos de esquerda, envolvidos na luta armada, assim como a violenta repressão desfechada contra o PCB, juntamente com o desgaste geral das esquerdas no período ditatorial (causado em grande medida pelos erros cometidos de um lado e do outro), contribuíram para que, no bojo das lutas sindicais ocorridas na virada dos anos 1980 principalmente no ABCD paulista, fosse fundado o PT (Partido dos Trabalhadores).

O entusiasmo inicialmente provocado pela criação do PT justificava-se pela esperança alimentada por numerosos setores populares e de esquerda no surgimento de um partido comprometido com os interesses dos trabalhadores e da maioria do povo brasileiro. Em alguns documentos do PT chegava-se a levantar a bandeira do socialismo, o que contribuía para tal entusiasmo. Na prática as atividades do novo partido estiveram voltadas para a participação nas eleições em geral e, em particular, ao empenho na eleição de Luiz Inácio da Silva, o Lula, a principal liderança do PT, presidente da República.

Derrotados três vezes, nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, Lula e a direção do PT perceberam que inexistiam à época no Brasil condições para que fosse eleito à presidência da República um candidato comprometido com os interesses populares, pois isso o levaria ao confronto com os interesses do capital financeiro internacionalizado. Na realidade, durante aqueles anos, o PT não havia dirigido seus esforços de organização e mobilização dos trabalhadores no sentido de criar o *bloco histórico contra-hegemônico* habilitado a derrotar os representantes do grande capital nacional e internacional. Repetiam-se os mesmos erros das esquerdas de antes do golpe de abril de 1964.

Em 2003, na seguinte sucessão presidencial, ficaria evidente o compromisso assumido por Lula com os representantes do capital financeiro internacionalizado para “acalmar o mercado financeiro”, oficialmente proclamado em *Carta ao povo brasileiro*, publicada em junho de 2002¹². Tal compromisso seria confirmado, após a vitória eleitoral conquistada, com a nomeação para presidente do Banco Central do banqueiro Henrique Meirelles, homem de confiança do imperialismo estadunidense, que permaneceu à frente dessa instituição durante os dois governos de Lula.

Durante os governos do PT, presididos tanto por Lula quanto por Dilma, as políticas de corte neoliberal do período anterior foram fundamentalmente mantidas, favorecendo em grande medida o capital financeiro internacionalizado, haja vista o entusiasmo dos banqueiros explicitado em declarações públicas de que jamais haviam auferido tantos e tão significativos lucros quanto nos governos petistas. Ao mesmo tempo, seguindo os ditames das agências internacionais sob a influência do grande capital, eram adotadas políticas ditas compensatórias, como o chamado “Bolsa Família” e outras, visando manter a “paz social”. Embora seja inegável que tais medidas redistributivas da renda tivessem elevado o nível de vida de grande parte da população mais pobre do país e contribuído para restringir a situação de miséria até então existente, o fato de não ter sido empreendido um projeto de reformas profundas das estruturas econômicas e sociais do país e de organização e mobilização dos setores populares beneficiados com as referidas medidas, para assegurar sua manutenção, levou a uma situação em que facilmente esses setores populares seriam atingidos pela crise do sistema capitalista que a partir de 2008 era previsível que chegaria ao Brasil.

¹² Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24/06/2002; <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>

Há que reconhecer que o governo de João Goulart, ao iniciar as *Reformas de Base*, demonstrou na prática a disposição de levar adiante transformações nas estruturas econômicas e sociais do país que os governos do PT, comprometidos com os interesses do grande capital, não tiveram empenho em enfrentar. Assim, enquanto Goulart empreendeu medidas concretas de reforma agrária, durante o período governista petista, a reforma agrária ficou paralisada.

O abandono pelos governos petistas de iniciativas efetivas de organização e conscientização dos setores populares sob sua influência, a desmobilização do movimento sindical e das entidades estudantis, assim como a adoção de práticas clientelísticas tradicionalmente empregadas pelas classes dominantes brasileiras, foram acompanhadas pela ausência de medidas dirigidas contra a manutenção da *tutela militar* sobre as instituições do Estado brasileiro. Se os generais do Alto Comando recuaram em relação ao protagonismo anterior, não deixaram, entretanto, de prosseguir formando seus quadros sob os ditames da Doutrina de Segurança Nacional, aperfeiçoada com contribuições como o calhamaço de quase mil páginas, intitulado *Orvil* (Olho por olho), elaborado sob a orientação do general Leônidas Pires Gonçalves ainda em 1986-88, e mantido secreto até 2007, quando foi divulgado por iniciativa do jornalista Lucas Figueiredo¹³.

Nas palavras do professor da UERJ e pesquisador dos militares, doutor João César de Castro Rocha, no *Orvil*, “além da compilação de documentos e fatos, os militares procuram mostrar que a esquerda da luta armada, na concepção do Exército, era terrorista e provocou tantos assassinatos e tantas mortes quanto o próprio Exército” e propõem que

o século XX brasileiro assistiu a uma investida constante do movimento comunista internacional para impor ao Brasil a ditadura do proletariado. É uma narrativa delirante. É uma teoria conspiratória, simplesmente absurda.(...) Em outras palavras, a esquerda triunfou somente quando o aparato repressivo foi desativado! Culpa, pois, da distensão proposta por Geisel... O *Orvil* é uma peça de defesa para evitar a acusação!¹⁴

Ao mesmo tempo, influenciados pelo neoconservadorismo estadunidense dos anos 1980, adquiriam influência entre os generais brasileiros os escritos do general Sérgio Augusto de Avelar Coutinho, publicados em 2002 (*Revolução gramscista no Ocidente*) e 2003 (*Cadernos da Liberdade*), o último reeditado pela Biblioteca do Exército em 2010. Segundo o professor do Instituto de Economia da UFRJ, doutor Eduardo Costa Pinto, para os ideólogos neoconservadores, “o ‘politicamente correto’ é igual ao ‘marxismo cultural’ e seria uma estratégia dos marxistas (em sua luta revolucionária) que teriam migrado da dimensão econômica para a cultural”, e as ideias do general Coutinho “foram influenciadas pela ideologia da extrema direita (conspiratória) norte-americana e pela ‘teoria da guerra revolucionária’ (...)”, sendo que essas ideias têm sido repetidas por oficiais do alto escalão das Forças Armadas.¹⁵

A permanência da *tutela militar* no período da governança petista é uma prova de que nada praticamente foi feito para modificar essa situação esdrúxula nos quadros de uma democracia representativa – o *poder militar* como uma espada de Dâmocles sobre as instituições nacionais. Embora de 2011 a 2014, no governo da presidente Dilma Rousseff, tivesse funcionado a chamada Comissão Nacional da Verdade, estabelecida para apurar os crimes da ditadura militar de 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, a fim de construir memória histórica do período, nada foi feito para, uma vez apurados esses crimes, puni-los devidamente, como em certa medida foi realizado na Argentina, Uruguai e Chile. Os torturadores e seus mandantes continuaram impunes, afrontando a legislação internacional sobre a prática da tortura como crime inafiançável. Com o aval do STF (Supremo Tribunal Federal), que em abril de 2010 se pronunciou contra a revisão da Lei de Anistia, perdendo os acusados de prática da tortura, foi mantida essa escandalosa capitulação frente ao *poder militar* no Brasil.

À medida que os reflexos da crise econômica mundial se faziam sentir no Brasil, crescia a insatisfação popular, que viria a explodir em 2013, com as manifestações ocorridas por todo o país e que, conforme é revelado pela experiência histórica, foram habilmente manipuladas por setores ligados ao grande capital com vistas a desestabilizar o governo petista de Dilma Rousseff, cuja

¹³ FIGUEIREDO, Lucas. *Olho por olho (os livros secretos da ditadura)*. Rio de Janeiro: Record, 2007 (207 p.), *apud Perseu*, Nº 4, Ano 3, 2009; *ORVIL* (documento secreto, versão fac-similar, 953 p.).

¹⁴ ROCHA, João Cesar de Castro. Entrevista: É hora de se proteger. *Jornal Opção*, 8/3/2020, p. 5, 6.

¹⁵ Ver PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro e os quartéis: a loucura como método. (Texto para discussão 006/ 2019, Instituto de Economia da UFRJ, p. 5, 9.)

política se tornara insatisfatória para atender aos interesses do capital financeiro internacionalizado numa situação de crise econômica e grande descontentamento popular. Para o grande capital assegurar a continuidade dos seus lucros fabulosos era necessário adotar medidas drásticas de contenção de despesas orçamentárias, penalizando ainda mais as massas trabalhadoras.

5. O GOLPE JURÍDICO-PARLAMENTAR DE 2016 E O GOVERNO BOLSONARO

A partir dos acontecimentos de 2013, seguidos pelo insucesso das medidas desastrosas adotadas pela presidente Dilma, inspiradas no receituário neoliberal, assim como pelo deslanche da chamada “Operação Lava Jato”, destinada a impedir a candidatura de Lula às eleições presidenciais de 2018, iniciou-se um processo de desestabilização do governo petista. Seu resultado viria em 2016 com a deflagração do golpe jurídico-parlamentar contra a presidente Dilma, de acordo com os ditames do capital financeiro internacionalizado e atendendo principalmente aos interesses dos setores ligados ao imperialismo estadunidense.

O interregno governista preenchido pelo vice-presidente Michel Temer e a eleição presidencial de Jair Bolsonaro em 2018 representaram a concretização dos atuais intentos imperialistas no Brasil, ou seja, o desencadeamento de uma nova ofensiva do capital financeiro internacionalizado frente às consequências da crise que afetou a economia capitalista mundial a partir de 2008 e à incapacidade dos governos do PT de enfrentá-la seja atendendo aos interesses do capital seja na defesa dos anseios populares.

O Alto Comando do Exército – expressão do *poder militar*, conforme fora advertido por Luiz Carlos Prestes, não encontrou outra solução para a sucessão presidencial de 2018 senão a escolha da candidatura do capitão Bolsonaro, reforçando o apoio a ele concedido pelo capital financeiro internacionalizado. A frase de Bolsonaro, dirigida ao ex-comandante do Exército, general Villas Boas, durante a cerimônia de transmissão de cargo do Ministério da Defesa, reproduzida por toda a imprensa nacional, de que o general é “um dos responsáveis” por sua eleição é reveladora desse comprometimento com o Alto Comando do Exército.

A inegável presença de grande número de militares – cerca de três mil¹⁶ - nos principais escalões do governo bolsonarista confirma o atual protagonismo do Alto Comando do Exército, revelando algumas semelhanças com a *tutela militar* que fora exercida durante a ditadura e, em particular, com as características de caráter fascista então presentes.

Percebe-se que a evolução do atual regime de exceção que vem sendo implantado no país aponta cada vez de maneira mais significativa para tendências que indicam a possibilidade de sua transformação em ditadura fascista. As dificuldades para o avanço da luta antifascista são muito grandes. Como sempre, seu êxito dependerá da capacidade de resistência da maioria da nação e principalmente do nível de organização, de mobilização e de consciência da classe operária e dos trabalhadores do país. Sem a mobilização de amplas massas populares, mais uma vez, será difícil impedir o avanço da fascistização do Brasil.

¹⁶ MARTINS FILHO, João Roberto. Entrevista: Gosto pelo poder mantém militares passivos a Bolsonaro, avalia cientista político. *Brasil de Fato*, São Paulo, 30/04/2020.

6. REFERENCIAS

- AYCOBERRY, Pierre. *La question nazie*. Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- BIGNAMI, Ariel. *El pensamiento de Gramsci: una introducción*. Buenos Aires: El Folleto, s/d.
- BITTENCOURT, Getúlio. *A quinta estrela: como se tenta fazer um presidente no Brasil*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- DIMITROV, Jorge. La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional Comunista en la lucha por la unidad de la clase obrera, contra el fascismo. In: _____. *El frente único y popular*. Sofia [Bulgária]: Sofia-Press, 1969, p. 116-197.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Comp. das Letras, 2004.
- HANDAL, Schafik Jorge. El fascismo en América Latina. *América Latina*. Moscú, n. 4, Ed. Progreso, p. 121- 146, 1976, p. 124.
- MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- _____. (org.). *Prestes com a palavra: uma seleção das principais entrevistas do líder comunista*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos comunistas*. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.
- PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- _____. Três regimes autoritários na História do Brasil republicano: o Estado Novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016). *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2019, p. 108-129.

Recebido em 30-03-2021

Aprovado em 05-05-2021